

**CONTRATO DE FORNECIMENTO**  
**CONTRATO REF.ª Nº 23\_ GPENAPOR\_2022**

**ENTRE**

**ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos**

**E**

**UNITEL T+ TELECOMUNICAÇÕES, SOCIEDADE UNIPessoal, S.A.**

**CONTRATO REF.ª N.º 23\_GPENAPOR\_2022**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO**

Entre;

**ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.**, com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF:121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portadora do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada **Primeira Outorgante**.

E

**SEGUNDA: UNITEL T+ TELECOMUNICAÇÕES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A.** com sede na Avenida Cidade de Lisboa, Praia – Santiago, matriculada na Conservatória dos Registos da Praia – Secção Comercial nº 1874, NIF 252214420 e capital social de ECV 765.000.000\$00, neste acto representada pela sua Diretora Comercial e de Marketing, Dra. **Ércia Paim**, no uso das competências estatutárias e matriz de poderes na empresa, com poderes para obrigar, adiante designada por **Segunda Outorgante**.

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Fornecimento que se rege pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1.<sup>a</sup>**  
**(Objeto)**

1. O presente contrato tem por objeto o Fornecimento pela Segunda Outorgante, de 1(um) Acesso Dedicado À Internet, cuja capacidade de 64/64 Mbps, nos Termos da proposta adjudicada, por parte desta coomprendendo o seguinte:
  - a) Velocidade de download e upload dedicada e simétrica;
  - b) A ligação contratada não é partilhada com outros clientes;
  - c) Acesso independente à internet;
  - d) Tráfego ilimitado;
  - e) IP fixo associado;
  - f) Serviço estável e de qualidade;
  - g) Segurança;
  - h) Muito baixa latência;

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**  
**(Regime)**

1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
2. A Segunda Outorgante compromete-se a fornecer o acesso dedicado à internet, objeto do presente contrato, pelo valor indicado na Clausula 4<sup>a</sup>, sem direito a revisão de preços.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**(Prazo de Vigência do Contrato)**

1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 1(um) ano, a contar da data da sua assinatura.
2. Por conveniência do serviço e mediante a avaliação do desempenho efetuado quanto à satisfação dos objetivos da Primeira Outorgante, mediante



- acordo entre as partes, o presente contrato poderá ser renovado pelo período de 1 (um) ano a contar do término do período de vigência inicial.
3. A Segunda Outorgante deverá assegurar que, na data prevista para o início do presente contrato, todas as condições efetivas e operacionais para a sua execução se encontram devidamente reunidas.
  4. A denúncia do contrato por qualquer das partes deverá ser transmitida por carta registada com aviso de receção à outra com antecedência mínima de 2 (dois) dias relativamente à data do termo inicial do contrato de qualquer uma das suas renovações.
  5. Em caso de anomalias relacionadas com o mau funcionamento, a Segunda Outorgante compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito de indemnização dos honorários devidos, se a anomalia resultar de facto não imputável à Segunda Outorgante.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**(Preço Contratual)**

O preço contratual pelo serviço de acesso dedicado à internet, que alude a Cláusula 1.<sup>a</sup>, e pelo período de vigência especificado na cláusula anterior, é de **2.284,740\$00** (dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil e setecentos e quarenta escudos caboverdianos), montante a ser acrescido o valor do (IVA), à taxa legal em vigor.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**(Faturação e Condições de Pagamento)**

1. A quantia devida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante, nos termos da Cláusula anterior do presente contrato, será liquidada mensalmente, pelo preço de 190.395\$00 (cento e noventa mil e trezentos e noventa e cinco escudos caboverdianos), valor a ser acrescido o IVA (imposto valor acrescentado) à taxa legal em vigor.
2. A Segunda Outorgante emitirá a(s) fatura(s) em nome da Primeira Outorgante, sendo esta(s) enviada(s) para ENAPOR, SA, Administração Central, Rua Avenida Marginal, CP. Nº 82 – S. Vicente.

3. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da receção da respetiva fatura.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, a fatura será paga através de transferência bancária para a conta a indicar pela Segunda Outorgante.
5. Em caso de discordância por parte da Primeira Outorgante quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à Segunda Outorgante, por escrito e no prazo de 3 (três) dias após receção da fatura, os respetivos fundamentos, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários, também por escrito, ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. O não pagamento do(s) valor(s) contestado(s) não justifica a suspensão imediata dos serviços, devendo, no entanto, a Primeira Outorgante proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. O não pagamento por mais de 60 (sessenta) dias leva à suspensão imediata dos serviços e ao pagamento de juros de mora à taxa legal em vigor.
8. A Primeira Outorgante reserva-se o direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direito, suspender o pagamento acima referido, sempre que a Segunda Outorgante não esteja a cumprir as suas obrigações contratuais.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **(Obrigações principais da Segunda Outorgante)**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, da celebração do presente contrato decorrem para a Segunda Outorgante as seguintes obrigações:
  - a) Fornecer o serviço de acesso dedicado à internet, compreendidas no presente contrato;
  - b) Respeitar toda legislação que lhe seja aplicável;
  - c) Comunicar, de imediato, à Primeira Outorgante quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações ;



- d) Informar, de imediato, a Primeira Outorgante de quaisquer factos de que tenham conhecimento e que possam ser considerados objectivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
- e) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente ao fornecimento do serviço de acesso dedicado à internet;

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**(Dever de boa execução)**

- 1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do presente contrato, às exigências legais e normativas do sector aplicáveis às matérias objeto do presente contrato.
- 2. A Segunda Outorgante desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**(Força Maior)**

- 1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo;
4. O não cumprimento voluntário do disposto no número anterior, constitui a Segunda Outorgante na obrigação de reparar os danos causados, mediante o débito dos seus custos, podendo a Primeira Outorgante, para o efeito, efectuar a dedução na caução ou nos pagamentos à Segunda Outorgante;
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, Segunda Outorgante deverá comunicar à Primeira Outorgante quais as obrigações emergentes do presente contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respectivos prazos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Clausula 9ª**  
**(Sigilo e confidencialidade)**

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter a confidencialidade sobre toda a informação a que venha a ter acesso no âmbito do presente contrato desde que, a mesma não seja do conhecimento público e não lhe haja sido comunicado por terceiros.
2. A segunda Outorgante não fará uso, ou permitirá que terceiro façam uso de quaisquer informação, dados ou outros conhecimento facultados ou aos quais tenham acesso por via e no âmbito do presente contrato, sem o prévio consentimento do primeiro outorgante.



**Cláusula 10<sup>a</sup>**  
**(Documentos)**

Os serviços serão executados de acordo com os seguintes documentos:

- a) O presente contrato;
- b) A proposta apresentada pela segunda outorgante;
- c) Anexo i;

**Clausula 11.<sup>a</sup>**  
**(Penalidades Contratuais)**

- 1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nos termos legalmente estabelecidos.
- 2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto 1.
- 3. O valor da multa é calculado da seguinte forma:
  - i) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias;
  - ii) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
- (a) As multas previstas nos pontos i) e ii) do número 3), serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
- (b) Antes da aplicação de qualquer das penalidades a Segunda Outorgante será advertida, sendo-lhe garantida o direito ao contraditório e à mais ampla defesa, através dos meios institucionais e legais disponíveis ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar a sua defesa em 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da respetiva advertência escrita.



4. A cobrança das eventuais sanções à Segunda Outorgante será feita através de desconto no pagamento à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade ou por acionamento das garantias em poder da Primeira Outorgante.
5. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Primeira Outorgante exija uma indemnização pelo dano excedente.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**  
**(Verificação e aceitação)**

1. Disponibilizados o serviço a que alude o presente contrato, a Primeira Outorgante faz a verificação das respectivas funcionalidades, se as mesmas reúnem os requisitos técnicos e funcionais definidos no presente contrato e nos demais documentos que o integram, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de inspeção, a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização do mesmo através das pessoas que considere devidamente credenciadas para o efeito.
3. Findo o prazo de 5 (cinco) dias, referido no número um da presente cláusula, em caso de silêncio da Primeira Outorgante, o acesso dedicado à internet cujo fornecimento constitui objecto do presente contrato consideram-se aceites, ocorrendo a transferência da posse e da propriedade dos mesmos para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a Segunda Outorgante.
4. No caso de a inspeção, referida no número um da presente cláusula, não comprovar a total funcionalidade que constitui objecto do presente contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com os requisitos funcionais definidos no presente contrato e nos demais documentos que o integram, a Primeira Outorgante, por si ou através de terceiro designado para o efeito, deve disso informar, por escrito, à Segunda Outorgante.

5. No caso previsto no número anterior, a Segunda Outorgante deve proceder, à sua custa e no prazo referido nos números seguintes, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade e o cumprimento das exigências legais e dos requisitos técnicos e funcionais exigíveis.
6. A Segunda Outorgante, após a comunicação referida no número 4, dispõe de um prazo máximo a acordar com a Primeira Outorgante, para proceder à substituição em caso de rejeição dos mesmos.
7. A Segunda Outorgante, após a comunicação referida no número 4, dispõe de um prazo máximo a acordar com a Primeira Outorgante, para suprir as deficiências e irregularidades detectadas durante a entrega, que não impliquem a rejeição das licenças.
8. Os encargos com a inspecção, devidamente comprovados, são da responsabilidade da Segunda Outorgante.
9. A rejeição do serviço, nos termos da presente cláusula, não confere à Segunda Outorgante o direito a qualquer indemnização.
10. A rejeição do serviço por parte da Primeira Outorgante, confere-lhe o direito a ser indemnizado pelos custos incorridos e prejuízos sofridos, sem prejuízo da aplicação das devidas penalidades.

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**  
**(Acto de entrega)**

A disponibilização do serviço de acesso dedicado à internet é sempre acompanhada do respetivo certificado e outros documentos administrativos, como, guia de remessa/auto de receção da qual consta, designadamente:

- a) a data de entrega;
- b) a identificação da Segunda Outorgante;
- c) a identificação da Primeira Outorgante;
- d) a data da confirmação da adjudicação/encomenda enviada pela Primeira Outorgante;
- e) a designação do contrato no âmbito do qual é realizado o fornecimento;
- f) a identificação dos artigos suas referências e



- g) o preço de venda previsto no contrato;

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)**

1. A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
  - (a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
  - (b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legais;
  - (c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
  - (d) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de instruções transmitidas sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - (e) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
  - (f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite;
  - (i) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
  - (j) Se o acesso dedicado à internet, compreendidas no presente contrato se atrasar por um período superior a 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **(Resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)**

1. A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais, pela Primeira Outorgante, e ainda nas seguintes situações:
  - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

- (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
  - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias, pela Primeira Outorgante, por período superior a 1 (um) mês;
2. O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Primeira Outorgante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**  
**(Efeitos da resolução)**

- 1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante, por facto imputável à Segunda Outorgante, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
- 2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
- 3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**  
**(Resolução de Diferendos)**

- 1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
- 2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de S. Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.





**Cláusula 18.<sup>a</sup>**  
**(Notificações/Comunicações)**

1. As comunicações entre as partes serão feitas por escrito e apenas serão consideradas efetuadas através dos endereços, números de telefone e fax seguintes:

Primeira Outorgante:

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

Avenida Marginal, C.P. n.º 82, São Vicente - Cabo Verde

Tel.: +238 230 75 00

E\_mail: [concursos.procurement@enapor.cv](mailto:concursos.procurement@enapor.cv)

Segunda Outorgante:

**UNITEL T+ TELECOMUNICAÇÕES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A**

UNITEL T+ - No 4º e 6º piso do edifício BAI CENTER, Chã de Areia,  
Avenida Cidade de Lisboa, Praia – Santiago

Telefone: (238) 9100302, 9100106, 9100100

Correio eletrónico: [empresas@uniteltmais.cv](mailto:empresas@uniteltmais.cv); [helder.veiga@uniteltmais.cv](mailto:helder.veiga@uniteltmais.cv);  
[justino.santos@uniteltmais.cv](mailto:justino.santos@uniteltmais.cv); [fabio.pina@uniteltmais.cv](mailto:fabio.pina@uniteltmais.cv)

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**  
**(Lei aplicável)**

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código da Contratação Pública e o Código Civil.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 16 (dezesesseis) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes. Identificado e, que são rubricados pelas partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 18 dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante  
**ENAPOR, SA**

  
Eng.º Alcídio Nascimento Lopes  
Presidente do Conselho de Administração

  
Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho  
Administrador Executivo

  
Portos de Cabo Verde

A Segunda Outorgante  
**Unitel t+ Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, S.A**

  
Dra. Ércia Paim  
Diretora Comercial e Marketing

  
SEDE BAI CENTER  
Tel: 330 30 30 - Fax: 261 96 06



**ANEXO I**

ENAPOR				
INTERNET DEDICADO				
Serviço	Capacidade(UL/DLMbps)	Valor Mensal CVE	Quantidade	Total Anual CVE
Acesso Dedicado À Internet	64/64 Mbps	190 395,00 cve	1	2 284,740,00 cve
TOTAL ANUAL: DOIS MILHÕES, DUZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL SETECENTOS E QUARENTA ESCUDOS CVE				

.../...

